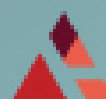


BOLETIM NEAAPE

v.04 n.03 - dez. 2020



BOLETIM NEAAPE

ISSN 2594-6935

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Conselho Editorial

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Leticia Pinheiro

Maria Regina Soares de Lima

Editor Executivo

Leandro Wolpert dos Santos

Editor Adjunto

Kayo Moura da Silva

Editoria de Redação

Amanda Silvestre da Silva

André Pimentel Ferreira Leão

Edgar Andrés Londoño Niño

Ghaio Nicodemos

Juliana Pinto Lemos da Silva

Kayo Moura

Leandro Wolpert dos Santos

Leonardo Albarello Weber

Luã Braga de Oliveira

Thaís Jesinski Batista

Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa

neaape.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
CEP: 22260-100
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

SUMÁRIO

4

EDITORIAL

Leticia Pinheiro

6

Breves considerações sobre o Acordo de Escazú

Leilane Nascimento dos Reis Santos

15

A política externa “populosa”: um balanço da diversidade de atores na China

Ghaio Nicodemos

31

Política Externa e Futebol: O Legado de Diego Maradona e o *Soft Power* Argentino

André Leão

Editorial

2020: o ano em que vivemos parcialmente

Leticia Pinheiro

Coordenadora
Neaape

4

Sim, vivemos parcialmente em 2020: projetos interrompidos, tarefas incompletas, trajetórias desaceleradas, quando não, simples e dramaticamente, encerradas.

Mas o título deste editorial não seria fiel ao ano que passou, se não acrescentássemos um adendo. Vivemos muito intensamente, também. Afinal, foram dias de muita angústia, medo, dor, tristeza, decepção. Mas, igualmente, de muita esperança, mesmo que nem sempre pudessem ser renovadas.

Mas neste ano em que um inimigo comum e invisível aterrorizou todo o globo, numa macabra ameaça coletiva, não sofremos, todos e todas, da mesma forma e com a mesma força. As desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero e as diferenças geopolíticas ficaram mais evidentes, talvez ainda maiores. Só não as viu – e as vê – aqueles que delas se beneficiam, mesmo que involuntariamente; e outros, cuja ignorância se encarrega de turvar ou distorcer a realidade. Afinal, como já foi dito, estamos todos/as no mesmo oceano revolto, mas não no mesmo barco.

Em meio a esse triste cenário, as políticas doméstica e internacional seguiram seu curso. Golpes militares derrubam regimes democráticos, como o que acaba de ocorrer em Myanmar; disputas comerciais entre os países não cessaram e são agora acrescidas da competição pela compra e venda de vacinas, como o que vemos ocorrer na Europa; civis são alvos recorrentes de ataques aéreos, como os provenientes de Israel sobre o território sírio; desmandos de governantes e perseguições a seus opositores não deixaram de ocorrer, como as prisões recentemente ocorridas em Moscou; etc, etc.

O tempo em que vimos animais silvestres percorrerem as cidades esvaziadas de seus residentes humanos, confinados em suas casas; em que se reduziu a emissão de poluentes em várias regiões do globo em função da diminuição da produção das fábricas e da circulação de automóveis; e em que louvamos a solidariedade coletiva e a cooperação internacional no combate à pandemia vai, dia a dia, ficando para trás.

“Somos o que somos”, disse uma vez um famoso ator francês sobre a inexorabilidade da condição humana. Assim sendo, nosso planeta segue seu curso. E a nós cabe continuar tentando interpretá-lo.

Neste número, o Boletim NEAAPE traz reflexões sobre as variadas faces da política externa nos tempos atuais e pretéritos. Leilane Nascimento dos Reis Santos escreve sobre a importância da ratificação do Acordo de Escazú (Acordo Regional sobre Acesso a Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe) para a formulação de políticas públicas de proteção ambiental e para os movimentos sociais da região. Ghaio Nicodemos nos esclarece sobre o processo de formulação e condução da política externa chinesa cuja pluralidade de atores parece ir na contramão da centralidade decisória que caracteriza o sistema político da China. E, por fim, para não dizer que não falamos de futebol, André Leão trata da trajetória profissional de Diego Maradona e, mais que isso, discute o papel do futebol como um instrumento de soft power da política externa argentina.

Com este número, o NEAAPE encerra a série de boletins do ano de 2020 com a certeza de que, mesmo sob condições tão adversas, fizemos nossa parte. Mais que isso, esperamos ter contribuído para um maior entendimento do nosso tempo em direção a uma atuação mais qualificada para dias melhores.

Recebido para publicação em: 01 fevereiro de 2021.

Breves considerações sobre o Acordo de Escazú

**Leilane
Nascimento dos
Reis Santos**

*Doutoranda
em Direito
pela PUC/RIO.
Pesquisadora
do GRISUL e
da RESAMA.
Consultora
para o Instituto
Internacional
sobre Raça,
Igualdade
e Direitos
Humanos.*

6

Introdução

A população da América Latina e o Caribe é altamente afetada pela crise ambiental, seja em razão dos desastres ou pelos projetos de desenvolvimento sem o estudo transparente e a participação popular para minimizar os danos. O Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) é um avanço na região, altamente perigosa para defensores ambientais, por incentivar a participação popular e a proteção desses grupos constantemente ameaçados.

O objetivo desse artigo é trazer algumas reflexões sobre a importância do instrumento. Ainda, visibilizar a importância da ratificação do Acordo para os movimentos sociais da região, inclusive para a elaboração de políticas públicas eficientes ao combate à degradação ambiental.

Antecedentes do Acordo de Escazú

Na lógica da atual ordem mundial onde predomina o neoliberalismo, as tragédias ambientais são cada vez mais recorrentes. Sejam diretamente^[1] ou indiretamente^[2] provocadas pelo homem, o certo é que não há mais como ignorar as consequências da degradação ambiental, e a urgência para a contenção dos riscos. Os desastres não são aleatórios, e não acontecem por acaso, mas pela convergência de várias situações que fomentam o ambiente de risco, tais como problemas sociais, econômicos e ambientais. Faz-se necessário buscar formas conjuntas para a prevenção dos riscos, adaptação e proteção dos mais afetados no âmbito nacional,

[1] Como, por exemplo, nos crimes ambientais em Mariana e em Brumadinho.

[2] O documentário *The Hungry Tide* mostra o aumento do nível do mar do Estado de Kiribati, fenômeno causado pela mudança climática, como a população local está lidando com o atual cenário e a luta para a realocação das pessoas.

regional e internacional.

Não é possível tratar dos impactos ambientais se não houver participação dos cidadãos e a devida proteção dos mesmos. O Acordo de Escazú vem para exigir um maior comprometimento em torno do cidadão. A necessidade de tal demanda não é nova, porém demora para ser implementada.

O debate sobre a crise ambiental começa a ganhar novas proporções a partir da década de 1970, com o Relatório do Clube de Roma. O mencionado clube, fundado pelo então presidente do Comitê Econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Aurelio Peccei, foi elaborado com o propósito de repensar o sistema industrial vigente, e reunia grandes líderes empresariais. Seu relatório, publicado com o nome *The Limits to Growth*, destaca a importância de conter o crescimento como a única maneira de preservação de um futuro digno em todos os países^[3].

Meses após a publicação do Relatório, em 1972, as Nações Unidas organizaram a Conferência de Estocolmo, vista como um marco em questões sobre o meio ambiente. Começa a ser desenhada a necessidade de participação popular para que seja possível evitar danos irreversíveis ao planeta, constando a importância de que “cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum”.^[4]

Posteriormente, merece destaque a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também chamada de Rio 92, em que representantes de 179 países buscaram adequar uma agenda global^[5] para minimizar os problemas ambientais mundiais. No seu texto, o acesso à informação e a participação popular são postas como essenciais. Conforme disposto no art. 10:

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade

[3] Para mais informações, ver: <www.clubofrome.org>.

[4] ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972, p. 2. Disponível em: <https://apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso em: 11/02/2021

[5] Para o texto completo da Agenda 21, ver: <<https://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>>. Segundo Lago (2007, p. 74): “Trata-se de um programa de ação que atribui novas dimensões à cooperação internacional e estimula os governos, a sociedade civil e os setores produtivo, acadêmico e científico a planejar e executar juntos programas destinados a mudar as concepções tradicionais de desenvolvimento econômico e de proteção do meio-ambiente” Lago, A. A. C. do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2007.

de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.^[6]

O documento não possui caráter vinculante, ainda assim inova ao formalizar a democracia ambiental, ou seja, a importância da participação do cidadão nas decisões sobre as questões ambientais. Percebe-se que não é possível uma efetiva participação popular sem ao acesso à informação, e consequentemente, não há o devido acesso à justiça se não há confiabilidade nos dados.^[7]

Para Colombo^[8], a Declaração do Rio ocupa lugar central dentro da construção do paradigma sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que prega pela integração das vertentes social, ambiental e econômica para a análise das tomadas de decisões públicas. O instrumento acaba influenciando futuros documentos, como o texto final do Rio +20, e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual, entre os objetivos, encontra-se a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis, em prol de uma participação justa e igualitária.

8

Já em 2001, entra em vigor a Convenção da Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU)^[9] sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, ou Convenção de Aarhus. Entre os principais objetivos do instrumento, está assegurar o acesso à informação, o acesso à justiça e a participação pública nos processos de decisão ligados à matéria de ambiental. Conforme aduz Colombo^[10], trata-se do mais importante acordo em matéria de democracia ambiental, e suas bases são fundamentais para a elaboração do Acordo de Escazú.

Após breves premissas, passamos então para o Acordo de Escazú.

[6] ONU. Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf>. Acesso em: 04/02/2021.

[7] Colombo, G. M. El Acuerdo Escazú: la implementación del principio 10 de río en América Latina y el Caribe. In: Revista Catalana de Dret Ambiental, v. 9, n. 1, 2018.

[8] Colombo, op. cit.

[9] União Europeia. Convenção de Aarhus sobre Acesso à informação, participação do público e acesso à justiça no domínio do ambiente, 1998. Disponível em: <<http://ambienteclp.org/documentos/outros/convencao-sobre-acesso-a-informacao-participacao-no-processo-de-tomada-de-decisao-e-acesso-a-justica-em-materia-de-ambiente-pdf.aspx>>. Acesso em: 06/02/2020.

[10] Colombo, op. cit.

Acordo de Escazú

O Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, à Participação Pública e o Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais, administrado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) é visto como uma conquista ambiental para a América Latina. Trata-se do primeiro tratado regional ambiental da América Latina e do Caribe, com dispositivos voltados para o direito de acesso à informação ambiental, à participação pública nos processos de tomada de decisões, ao acesso à justiça, além de possuir um artigo direcionado para a proteção dos ativistas ambientais da região. Foi aprovado em Escazú (Costa Rica), em 4 de março de 2018, e posteriormente assinado em 27 de setembro do mesmo ano por 24 países.

O texto possui 26 artigos, em que inicialmente podem ser observados o objetivo e os princípios norteadores do acordo. Posteriormente, em prol da inclusão mais participativa da sociedade civil, artigos referentes ao acesso à informação (artigos 5 e 6), à participação (artigo 7) e à justiça (artigo 8), bem como sobre a proteção de defensoras/es ambientais (artigo 9). Já o terceiro e último bloco, dos artigos 10 ao 26, trata da implementação do instrumento.^[11]

Merece destaque o artigo 9º, que colacionamos a seguir:

Defensores dos direitos humanos em questões ambientais

1. Cada Parte garantirá um ambiente seguro e propício no qual as pessoas, os grupos e as organizações que promovem e defendem os direitos humanos em questões ambientais possam atuar sem ameaças, restrições e insegurança. 2. Cada Parte tomará as medidas adequadas e efetivas para reconhecer, proteger e promover todos os direitos dos defensores dos direitos humanos em questões ambientais, inclusive o direito à vida, integridade pessoal, liberdade de opinião e expressão, o direito de reunião e associação pacíficas e o direito a circular livremente, bem como sua capacidade de exercer os direitos de acesso, levando em conta as obrigações internacionais da Parte no âmbito dos direitos humanos, seus princípios constitucionais e os elementos básicos de seu sistema jurídico. 3. Cada Parte tomará medidas apropriadas, efetivas e oportunas para prevenir, investigar e punir ataques, ameaças ou intimidações que os defensores dos direitos humanos em questões ambientais possam sofrer no exercício dos direitos contemplados no presente Acordo. (CEPAL, 2018, p. 30)

Percebe-se, portanto, que o Acordo possui um viés inovador, pois voltado para a proteção dos movimentos de justiça ambiental, especialmente ameaçados na região da América Latina e do Caribe, reforçando as legislações internas, e direcionado para a efetiva

[11] O texto possui 26 artigos, em que inicialmente podem ser observados o objetivo e os princípios norteadores do acordo. Posteriormente, em prol da inclusão mais participativa da sociedade civil, artigos referentes ao acesso à informação (artigos 5 e 6), à participação (artigo 7) e à justiça (artigo 8), bem como sobre a proteção de defensoras/es ambientais (artigo 9). Já o terceiro e último bloco, dos artigos 10 ao 26, trata da implementação do instrumento (CEPAL, 2018) .

proteção dos direitos humanos.

Todavia, após a assinatura em 2018, constatou-se um atraso na ratificação do Instrumento pelos países, inclusive pelo Brasil. Porém, em novembro de 2020, o México tornou-se o 11º país a ratificar o acordo, e espera-se, portanto, o andamento, tendo em vista que 11 dos 33 países da América Latina e do Caribe precisam ratificar o Tratado para que o Acordo entre em vigor. Por outro lado, corre o risco de esvaziamento, já que alguns países se recusam a assinar o documento, conforme recentemente se posicionou o governo chileno.

A importância da ratificação do Acordo para os movimentos de justiça ambiental

Toda a sociedade está correndo grande risco em razão da degradação ambiental. Outrossim, algumas comunidades são as primeiras afetadas em razão da área em que habitam, ou por causa da sua relação com a terra.

Em nome de extrativismo - atividade econômica que remove grande quantidade de recursos naturais e gera grandes impactos ambientais e sociais, sendo extremamente estimulada na América Latina até mesmo por governos progressistas- e sob a justificativa de crescimento econômico gerado através dos altos preços das exportações das matérias primas, povos tradicionais são invisibilizados e marginalizados. A sua luta contra o suposto progressivo é mal vista por atores sociais que muitas vezes envolve a própria sociedade, a mídia, e o Judiciário. Ainda assim, mesmo sendo corpos não bem-vindos, eles resistem, através de assembleias, protestos e mobilizações, o que demonstra que a luta social pode ser bem sucedida mesmo quando contra o Estado e uma gigante multinacional.

A justificativa para o crescimento do extrativismo contemporâneo (ou neoextrativismo) é justamente o desenvolvimento nacional. Políticas de distribuição de renda foram fomentadas justamente pela renda obtida com a atividade. Acosta e Brand^[12] salientam que o progressismo pode ser entendido como um “neoliberalismo transgênico”, uma vez que fomentou o neoliberalismo através da ampliação e o aprofundamento do extrativismo, bem como resultou em uma América Latina ainda mais dependente dessa atividade, especialmente da mineração. Conforme os autores:

[...] a única certeza é que hoje, a América Latina é ainda mais dependente do extrativismo do que em um passado recente, tanto em países com governos neoliberais, quanto nos “progressistas.” Todos estes governos, de mãos dadas com o extrativismo, embarcaram em uma nova cruzada desenvolvimentista; seja para “sair do extrativismo com mais extrativismo”, como afirmava o governo equatoriano, seja para embarcar na “locomotiva da mineração”, como propôs o governo colombiano^[13].

[12] Acosta, Alberto; Brand, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. Editora Elefante, 2019.

[13] Acosta; Brand, op. cit.

Apesar do cenário, as lutas dos movimentos sociais na América Latina não diminuíram, incorporando o discurso de proteção ao meio ambiente, seja em razão da escassez dos recursos, seja em defesa da sua identidade cultural. Pode-se afirmar que as classes consideradas excluídas não se submetem a essa estrutura dominante do neoliberalismo. Mesmo com toda ação de repressão e aparato estatal e privado para coibir as formas de resistência, os povos tradicionais da região resistem. Talvez por tal razão, a América Latina é também considerada a área mais perigosa do mundo para aqueles que lutam pelas causas socioambientais, onde mais da metade dos assassinatos estão relacionados com comunidades afetadas pela mineração.^[14]

Afinal, conforme já abordamos, não há como olvidar que os danos irão atingir de forma diferente determinados grupos sociais, especialmente porque os povos tradicionais sobrevivem através do uso da natureza ao seu redor. Os indígenas, os camponeses, os quilombolas dependem de forma imediata do uso da terra, e, para que possam permanecer em seu local de moradia, irão se organizar e lutar, através de protestos, barreiras, ocupações, manifestações artísticas.^[15]

Mas as lutas em prol da justiça ambiental sociais estão relacionadas à vida da coletividade e os objetivos desses movimentos estão correlacionados com os bens fundamentais para a vida: a energia, a água, o seu local de moradia. Portanto, nessas lutas sociais, há a crítica de que o crescimento econômico causa os maiores impactos ao meio ambiente, vez que os países do Norte procuram os do Sul em busca de matéria prima e aumentam os resíduos que comprometem os sistemas naturais, além da luta pelo território. Por tal razão, os movimentos sociais são intensamente criminalizados, e os direitos humanos dos ativistas são severamente cerceados.

A criminalização pode partir do próprio ente estatal, ou do seu relacionamento com as empresas privadas. Na América Latina, percebe-se ainda o fenômeno da militarização na repressão aos movimentos sociais ambientais, agravando a questão da segurança, tendo em vista que parte do próprio Estado a ausência de proteção.^[16]

Muitos casos de criminalização podem ser citados como exemplo. Escolhemos aqui abordar um caso esmiuçado pelo Grupo

[14] *Global Witness*. *Global Witness* registra o maior número de assassinatos de ativistas da terra e do meio ambiente em um ano, vinculados ao preocupante avanço das mudanças climáticas, 2020. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/pt/global-witness-records-the-highest-number-of-land-and-environmental-activists-murdered-in-one-year-with-the-link-to-accelerating-climate-change-of-increasing-concern-pt/>>. Acesso em: 06/02/2021.

[15] Echart Muñoz, E.; Villarreal, M.C. *Resistencias y alternativas al desarrollo en América Latina y Caribe: luchas sociales contra el extractivismo*. In: *Relaciones Internacionales*, Madrid: v. 39, p. 141-163, 2018.

[16] Echart Muñoz, E.; Villarreal, op. cit.

de Pesquisas em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL)^[17], ocorrido no Peru, na região da Mina de Santa Ana, em que o Estado, ao permitir a mineração na região pela empresa *Bear Creek*, violou a própria Constituição do país^[18], além da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)^[19].

O *Aymarazo*, movimento social levantado pelos *Aymará*, através de protestos e bloqueios de rodovias, conseguiu impedir a exploração da mina de Santa Ana. Todavia, a liderança do movimento foi criminalizada e indiciada por obstrução à paz e extorsão. Mesmo após a retirada da acusação por parte da promotoria de justiça por ausência de provas e a absolvição de alguns dos indiciados, o líder e defensor dos direitos humanos Walter Aduviri Calizaya foi condenado a 7 anos de prisão.

Nota-se que ao defender a revogação da cessão de direitos à *Bear Creek* para a exploração de prata na mina de Santa Ana, o movimento *Aymarazo* atuou tanto em prol da preservação de meio ambiente, como também pela continuação do modo de viver da população que ali habitava, e pode ser classificado como um movimento em prol da justiça ambiental^[20]. Ainda assim, seus integrantes foram chamados

[17] GRISUL. Pacha: defendendo a terra. Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e Caribe. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.grisulunirio.com/>>. Acesso em: 08/02/2021.

[18] Consta no artigo 71 da Constituição peruana: *Propiedad de los extranjeros en cuanto a la propiedad, los extranjeros, sean personas naturales o jurídicas, están en la misma condición que los peruanos, sin que, en caso alguno, puedan invocar excepción ni protección diplomática. Sin embargo, dentro de cincuenta kilómetros de las fronteras, los extranjeros no pueden adquirir ni poseer por título alguno, minas, tierras, bosques, aguas, combustibles ni fuentes de energía, directa ni indirectamente, individualmente ni en sociedad, bajo pena de perder, en beneficio del Estado, el derecho así adquirido. Se exceptúa el caso de necesidad pública expresamente declarada por decreto supremo aprobado por el Consejo de Ministros conforme a ley.* PERU, *Constitucion Política del Peru*, 1993. Disponível em: <<https://www.gob.pe/institucion/presidencia/informes-publicaciones/196158-constitucion-politica-del-peru>>. Acesso em: 13/10/2020.

[19] Consoante o Artigo 15 da referida Convenção: “[...] 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades. OIT. Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convecao169.pdf/view>>. Acesso em: 13/02/2021.

[20] Coelho, L. T.; Santos, L. N. R. . Movimentos Sociais e Justiça Ambiental; o caso da comunidade Aymará. In: Enara Echart Munoz; André Luiz Coelho; María del Carmen Vilarreal Villamar. (Org.). Sulatinidades: debates do GRISUL

de criminosos e acusados de serem contra o desenvolvimento do país.

O exemplo supracitado demonstra a importância de haver mais um instrumento que seja direcionado para a proteção dos ativistas ambientais, especialmente considerando a ineficiência do Estado, com interesses compatíveis ao das empresas. Trata-se de mais uma forma de buscar a devida proteção do grupo, perante organismos internacionais e o comprometimento do Estado em tornar os conflitos ambientais mais transparentes perante a população.

O processo de escuta é primordial para evitar conflitos e tratar de forma digna os defensores do meio ambiente. Parar podermos falar de democracia ambiental, é necessária a efetiva proteção dos ativistas ambientais. O Acordo de Escazú deve ser aplaudido, ratificado e implementado com a máxima urgência pelos Estados signatários, incentivando a participação popular, a transparência e a proteção dos grupos colocados em proteção de hipervulnerabilidade ambiental.

Conclusão

Porto Gonçalves^[21] chama a atenção de que estamos sofrendo efeitos derivados da intervenção humana no planeta, em uma era de desafio ambiental. E conclui que não devemos lutar contra a natureza, e sim contra as intervenções do sistema técnico. A única solução possível é através de uma conscientização coletiva dos efeitos da devastação ambiental, destacando-se a importância da atuação em solidariedade com as gerações presentes e futuras, pois a desordem não irá ficar apenas nos lugares mais ermos e atingirá toda a coletividade.

Conclui-se que existem saídas possíveis para combater a crise ambiental que vivenciamos, mas, para tanto, é necessário um pensar e agir coletivo, mudando a estrutura capitalista posta. Faz-se fundamental uma mudança de estrutura de forma a fazer a política, a economia e o direito, trabalhando com saberes comunitários e adquirindo uma consciência para além da esfera individual, a construção de uma prática global.

Para tanto, acordos regionais que incentivam a transparência dos processos, o procedimento de escuta e participação da sociedade civil, o construir em conjunto, devem ser implementados com a máxima urgência. O Acordo de Escazú, tratado nesse artigo inova ao colocar como centro princípios norteadores da proteção ambiental, mostrando alinhamento com as lutas socioambientais, além de mitigar a criminalização dos movimentos sociais, ao propor a segurança para aqueles que atuam nessa seara. Sendo assim, os impactos gerados pelo neoextrativismo poderão ser amenizados, em busca de uma sociedade mais igualitária e justa, sem a permanência da visão colonial.

Artigo recebido para publicação em: 30 de janeiro de 2021

sobre América Latina. 1ed. Rio de Janeiro: Périplos, 2019, v. 1, p. 2-254.

[21] Porto-Gonçalves, C. W. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

A política externa “populosa”: um balanço da diversidade de atores na China

**Ghaio
Nicodemos**

Pesquisador
NEAAPE

Introdução

A presença da China na ordem internacional passou a ser sentida com maior intensidade nas últimas duas décadas. O crescimento econômico e a participação próspera do país nos mercados globais, ora na condição de consumidor, ora na de fornecedor ou de investidor, foi importante para reconfigurar as relações diplomáticas do país com o mundo e vice-versa. Para atender esse protagonismo que segue sem dar sinais de recuo ou enfraquecimento, observa-se que a diplomacia do país passou a atuar em múltiplas frentes, o que exigiu uma reconfiguração de suas principais linhas diplomáticas.

Por um lado, o governo do Partido Comunista Chinês, liderado por Xi Jinping, tenta quebrar o estigma de estado autoritário, algo que se observa com os variados *white papers* publicados para dar transparência às políticas conduzidas interna e externamente pelo país^[1]. Por outro lado, o país tenta reforçar a sua sociabilidade no cenário internacional, seu comprometimento ativo com as organizações internacionais, a busca pela solução pacífica de conflitos e a não-intervenção em temas domésticos de outros países.

Neste artigo, analisamos, em três seções, a pluralidade de atores que hoje incidem sobre a política externa chinesa. Na primeira parte, examinamos como a condução da atuação internacional do país vem se dividindo entre a cúpula central do governo, encabeçada pelo líder Xi Jinping, pelo primeiro-ministro Li Keqiang, o ministro de relações exteriores, Wang Yi, e os diplomatas que representam o estado chinês. Na segunda seção, avaliamos a entrada de demais ministros do país na política externa, atuando em negociações dos grandes acordos de cooperação, como a Iniciativa do Cinturão e Rota,

[1] República Popular da China. Arquivo: White Papers. Disponível em: <<http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper>>. Acesso em: 20/12/2020.

na agenda da defesa regional, e em assuntos que exigem a proteção dos empresários do país, como nos recentes contenciosos da guerra comercial travada pelos EUA. Na parte final, tratamos das relações exteriores descentralizadas, em que o comportamento dos líderes das principais províncias, cidades e principalmente das regiões autônomas, em alguns casos, se apresenta de maneira conflitante com algumas das linhas gerais do governo central. Estas características ficam mais aparentes no caso de Taiwan, que construiu uma rede alternativa de relações exteriores; e, de maneira distinta, na situação de Hong Kong que, por conta de conflitos domésticos contra o governo de Pequim, atrai a atenção internacional, caso que nos anos recentes vêm produzindo hostilidades diplomáticas contra o país^[2].

Os atores tradicionais: entre a tradição e os “Wolf Warriors”

É difícil encontrar uma clara divisão sobre onde começam as atribuições de política externa do líder chinês Xi Jinping^[3], do primeiro-ministro Li Keqiang e do chanceler Wang Yi, visto que os três se alternam e exercem posições similares nas relações exteriores do país. Observa-se uma forte predominância de Jinping nas negociações em grandes cúpulas internacionais, organismos multilaterais e em funções simbólicas como a celebração do aniversário do estabelecimento de laços diplomáticos e as congratulações pela posse de novos líderes na comunicação entre chefes de estado. Jinping é o grande vocalizador de uma China comprometida com o direito internacional e com as instituições multilaterais, esforçando-se para ocupar alguns espaços de liderança e coordenação que até então pertenciam aos EUA^[4].

Enquanto isso, dada a massiva agenda de relações diplomáticas que o país vem construindo, Keqiang e Yi se apresentam alternativamente a Jinping em momentos em que o líder não pode comparecer por conta de outros compromissos. Ambos estão expressivamente mais engajados em relações bilaterais^[5], dialogando com líderes das nações

[2] South China Morning Post. After a difficult year, China faces more foreign policy challenges ahead. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3115259/after-difficult-year-china-faces-more-foreign-policy>> Acesso em: 28/12/2020. Modern Diplomacy. The roadmap of China's foreign relations in 2021. Disponível em: <<https://moderndiplomacy.eu/2020/12/27/the-roadmap-of-chinas-foreign-relations-in-2021/>> Acesso em: 28/12/2020.

[3] Existe uma disputa sobre como categorizar o cargo do líder Xi Jinping, sobretudo na mídia ocidental. A República da China não possui um cargo de presidente nos moldes dos sistemas presidencialistas ocidentais. O país é liderado por um Conselho de Estado, onde os ministros são também “altos conselheiros”. O cargo de presidente do Conselho é normalmente ocupado pelo Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, que neste momento é Xi Jinping.

[4] Fatores da política doméstica estadunidense, como a eleição do presidente Donald Trump favoreceram a uma maior presença chinesa em organismos multilaterais. As linhas gerais mais hostis ao diálogo da gestão Trump também fortaleceram a construção de uma relação mais próxima entre China e União Europeia, por exemplo.

[5] Fong, Yang Lai; Chia, Teoh Yong. Framing Diplomatic Relations: A Comparative Analysis of Malaysian and Chinese Newspaper Coverage on

amigas para o fortalecimento de laços e a abertura de novos espaços de negociação. Com um comportamento mais cerimonial e protocolar, estas figuras de poder da política externa desempenham uma posição mais polida, conciliadora, reforçando o papel da China enquanto nação pacífica, transparente e aberta ao diálogo.

A chancelaria do país se destaca, através do seu corpo de diplomatas, na cobrança de líderes estrangeiros por posicionamentos que antagonizem com as diretrizes domésticas e promovam animosidade contra a China a nível internacional. Os diplomatas e porta-vozes do Ministério de Relações Exteriores romperam, nos últimos anos, com a postura conservadora, sóbria e discreta, tradicional dos diplomatas chineses desde o governo de Deng Xiaoping e atuam com retórica enérgica e assertiva, confrontando acusações e insinuações de políticos e jornalistas estrangeiros^[6]. Esta nova categoria de diplomatas foi apelidada pela mídia ocidental de “*wolf warriors*”, em referência a um filme de ação chinês lançado em 2017^[7], e deriva em parte da visão de Xi Jinping para a Nova China, que resgata elementos da visão internacional de Mao Tsé-Tung^[8].

O embaixador Liu Xiaoming, que desde 2010 comanda a Embaixada Chinesa no Reino Unido, diplomata de alto escalão, é um dos mais proeminentes *Wolf Warrior*. Seus posicionamentos rígidos frente a comentários negativos ao governo do Partido Comunista Chinês circulam tanto na mídia britânica quanto em artigos publicados pela embaixada em seu site. Dentre os temas discutidos pelo embaixador Liu estão as acusações de violações de direitos humanos dos *uigures* em Xinjiang; críticas aos marcos jurídicos e à política de segurança do governo chinês para Hong Kong; a competição da tecnologia 5G e as hostilidades contra a Huawei; e, mais recentemente, sobre as *fake news* disseminadas contra a China relativas à pandemia da Covid-19^[9]. Os porta-vozes desta embaixada também engrossam a retórica contra notícias sensíveis ao governo chinês, com um robusto acompanhamento das publicações midiáticas e institucionais que mencionem os *trending*

Premier Li Keqiang's Visit to Malaysia. China Report, Vol 53, Issue 4, 2017, p.1-23.

[6] The Diplomat. Interpreting China's 'Wolf-Warrior Diplomacy'. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/05/interpreting-chinas-wolf-warrior-diplomacy/>>. Acesso em: 02/01/2021

[7] Bloomberg. Welcome to Wolf-Warrior Diplomacy. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2020-12-04/welcome-to-wolf-warrior-diplomacy>>. Acesso em: 29/12/2020. The Wall Street Journal. China's 'Wolf Warrior' Diplomats Are Ready to Fight. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/chinas-wolf-warrior-diplomats-are-ready-to-fight-11589896722>>. Acesso em: 29/12/2020.

[8] Foreign Affairs. China's Neo-Maoist Moment. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-10-01/chinas-neo-maoist-moment>>. Acesso em: 29/12/2020.

[9] Embaixada Chinesa no Reino Unido. Disponível em: <<http://www.chinese-embassy.org.uk/eng/HotTopics/>>. Acesso em: 30/12/2020.

topics da China^[10]. Diplomatas lotados em outras representações diplomáticas, como o Cônsul Geral do Rio de Janeiro, vem adotando posturas muito similares^[11].

Outro diplomata de alto nível, Zhao Lijian, diretor do Departamento de Informações do Ministério de Relações Exteriores, ganhou notoriedade pela retórica inflamada contra críticos estadunidenses e também por suas *fake News*. O diplomata tem prestígio no *Twitter*, com cerca de 780 mil seguidores, onde protagonizou polêmicas como o compartilhamento de uma montagem envolvendo um soldado australiano e uma criança afegã^[12]. Outro caso que gerou acirramento foi o compartilhamento de notícias falsas acusando os EUA de terem disseminado o vírus Sars-cov-2 em Wuhan em outubro de 2019, quando foram realizados os Jogos Mundiais Militares naquela cidade^[13]. Dias antes de espalhar a notícia falsa, o diplomata foi confrontado por uma emissora de TV americana a pedir desculpas formalmente em nome do governo chinês pela pandemia da Covid-19.

Outra *wolf warrior*, a diplomata e porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Hua Chungying, declarou que os diplomatas chineses seriam como um personagem ficcional da Disney, que de uma “figura pequena e fofa, sob toda sorte de suspeita cresceram e amadureceram como Simba”^[14]. Em outra ocasião, em 2018, a diplomata foi uma das figuras mais ativas e críticas às barreiras alfandegárias impostas pelos EUA. É também através das conferências de imprensa regulares da porta-voz que observamos as principais atualizações da agenda ministerial e as respostas à mídia dos principais conflitos diplomáticos e acusações midiáticas que envolvem o país^[15]. A retórica engajada dessa porta-voz e dos demais *wolf warriors* gerou tanta controvérsia que desenvolvedores de *software*, afim de criticar os diplomatas, criaram um programa capaz de simular o discurso destes

[10] Embaixada Chinesa no Reino Unido. Porta-vozes. Disponível em: <<http://www.chinese-embassy.org.uk/eng/PressandMedia/Spokepersons/>>. Acesso em: 30/12/2021..

[11] Stuenkel, Oliver. China's Diplomats Are Going on the Offensive in Brazil. Foreign policy. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2020/05/15/chinas-diplomats-are-going-on-the-offensive-in-brazil/>>. Acesso em: 01/01/2021.

[12] The Wall Street Journal. Chinese 'Wolf Warrior' Diplomat Enrages Australia With Twitter Post. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/chinese-wolf-warrior-diplomat-enrages-australia-with-twitter-post-11606731906>>. Acesso em: 01/01/2021.

[13] South China Morning Post. Chinese foreign ministry spokesman tweets claim US military brought coronavirus to Wuhan. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3075051/chinese-foreign-ministry-spokesman-tweets-claim-us-military>>. Acesso em: 02/01/2021.

[14] South China Morning Post. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3113522/chinas-wolf-warriors-are-simba-lion-king-its-foreign-ministry>>. Acesso em: 02/01/2021.

[15] Ministério de Relações Exteriores da República popular da China. Discursos dos porta-vozes. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/>. Acesso em: 03/01/2021.

representantes, sendo possível escolher qual diplomata responderia a perguntas sobre qualquer tema a um repórter^[16].

Novo tabuleiro, novos atores: os ministérios especializados, o empresariado chinês e a geopolítica

A China vivenciou a complexificação da agenda de sua política externa e propiciou dois dos maiores empreendimentos internacionais do país: um econômico, “Um Cinturão e Uma Rota” (*One Belt, One Road*)^[17]; outra geopolítica, o Cordão de Pérolas (*String of Pearls*)^[18].

A expansão do papel chinês no comércio internacional, por um lado, exigiu do país ajustes no seu comportamento sobre direitos de propriedade intelectual e imaterial para assegurar os mercados de países desenvolvidos e seguir atraindo a instalação de indústrias estrangeiras^[19]. Por outro lado, o desenvolvimento científico e industrial da China, o fortalecimento de marcas nacionais e a internacionalização das indústrias chinesas geraram motivadores distintos, de modo a assegurar a propriedade intelectual desenvolvida no país, que assumiu a vanguarda da tecnologia de ponta^[20]. A guerra comercial travada entre os EUA e a China, em que o primeiro país exerce, desde a eleição de Donald Trump, medidas protecionistas agressivas e tem como principais alvos a tecnologia 5G da Huawei^[21] e os aplicativos móveis de comunicação como *Tik Tok* e *We Chat*, provocou a necessidade de articulação entre os empresários chineses e os ministérios especializados^[22].

[16] South China Morning Post. Disponível em: <<https://www.scmp.com/abacus/culture/article/3112103/want-be-chinese-diplomat-developers-have-program-emulates-chinas>>. Acesso em: 03/01/2021.

[17] Latitude Sul. China adensa cooperação internacional com a Iniciativa Cinturão e Rota da Seda. Conjuntura Latitude Sul, nº4, abril 2019, p.10. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/05/Conjuntura_LATSUL_abril_2019-1.pdf>. Acesso em: 03/01/2021.

[18] Chang, Yen-Chiang. The ‘21st Century Maritime Silk Road Initiative’ and naval diplomacy in China. *Ocean & Coastal Management*, vol. 153, março, 2018, p. 148-156.

[19] Latitude Sul. China e EUA atenuam conflito comercial com assinatura de acordo preliminar. Conjuntura Latitude Sul, nº1-2, jan-fev 2020, p.11. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/03/ConjunturaLatitudeSul_JanFev20.pdf>. Acesso em: 03/01/2021.

[20] CGTN. China leads in global intellectual property development. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2020-12-08/China-leads-in-global-intellectual-property-development-W3jQZA8b96/index.html>>. Acesso em: 03/01/2021.

[21] Latitude Sul. Avança guerra comercial entre China e EUA com foco na chinesa Huawei. Conjuntura Latitude Sul, nº5, maio de 2019, p.8. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/06/ConjunturaLATSUL_maio_2019.pdf>. Acesso em: 04/01/2021.

[22] Latitude Sul. Governo chinês reage a restrições de tecnologia e revisa sua lista de produtos para exportação. Conjuntura Latitude Sul, nº8, agosto de 2020, p.14. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2020.pdf>. Acesso em: 04/01/2021.

É neste cenário que entram em atuação os ministros do comércio, Zhong Shan,^[23] incumbente desde 2017, e da indústria e informatização, Xiao Yaqing,^[24] empossado em 2020 com a missão de dar seguimento às disputas sobre o licenciamento de tecnologias chinesas para outros países. Zhong Shan tem se destacado na participação de cúpulas de alto nível, como as reuniões do G-20, e por dialogar novos termos para os acordos comerciais entre o país e os EUA, com a finalidade de arrefecer as disputas comerciais.^[25] Também abriu negociações com seus correlatos da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e da União Europeia, em que a expansão de uma área de livre comércio global segue como uma estratégia que, em tese, permitiria a China alargar o círculo de nações amigas.^[26] O ministro também participou de negociações para fortalecer pactos de comércio e de cooperação com o Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, Noruega e Israel.

Zhong Shan também tem defendido que a China aja de maneira prudente e contida nas suas contramedidas para a compensação comercial de estratégias protecionistas, como no caso das investigações na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre dumping e subsídios que incidem sobre a cevada comercializada pela Austrália no mercado internacional^[27]. O ministro ressaltou que esse caso específico é a única investigação comercial promovida pelo governo chinês contra a Austrália desde o estabelecimento de relações diplomáticas, enquanto o governo australiano já apresentou cerca de cem investigações contra a China.

Xiao Yaqing Yaqing foi um dos principais articuladores do modelo de propriedade mista (privada e estatal) para os principais conglomerados industriais do país, e artífice do projeto *Made in China* 2025, onde elencava dez tecnologias disruptivas que deveriam ser

19

[23] Xinhua. China se opõe à lista feita pelos EUA com empresas com supostos laços militares. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2020-12/23/c_139612360.htm>. Acesso em: 04/01/2021.

[24] South China Morning Post. China's ministry at the forefront of US technology rivalry gets a new chief. Disponível em: <<https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3095573/chinas-ministry-forefront-us-technology-rivalry-gets-new>>. Acesso em: 04/01/2021; South China Morning Post. Beijing plays down Commerce Minister Zhong Shan's inclusion in latest US-China trade war talks. Disponível em: <<https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3018226/beijing-plays-down-commerce-minister-zhong-shans-inclusion>>. Acesso em: 04/01/2021.

[25] The Washington Post. China's commerce minister, joining trade talks, says there's need to 'uphold our warrior spirit'. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/chinas-commerce-minister-joining-trade-talks-says-theres-need-to-uphold-our-warrior-spirit/2019/07/15/91428968-a44b-11e9-a767-d7ab84aef3e9_story.html>. Acesso em: 04/01/2021.

[26] Xinhua. China vows to expand global free trade area network. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/24/c_139540168.htm>. Acesso em: 04/01/2021.

[27] Xinhua. China "prudent, restrained" in taking trade remedy measures: commerce minister. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2020-05/25/c_139086872.htm>. Acesso em: 04/01/2020.

dominadas pelo país para atingir o status de potência tecnológica.^[28] A nomeação, feita em 31 de julho de 2020, teve como objetivo focar em setores prioritários como o 5G, a robótica e o desenvolvimento de inteligência artificial, e controlar o licenciamento destas tecnologias. Um dos maiores projetos é a instalação de 600 mil bases de 5G em 2021^[29], com foco nas indústrias de insumos para o setor.

O Ministério de Tecnologia e Indústria vem ganhando destaque ao assumir compromissos com metas de redução de emissões de dióxido de carbono, como decorrência do compromisso firmado na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)^[30], também presente no 13º Plano Quinquenal, com a meta de atingir o pico de emissões nacionais em 2030 e a neutralidade de emissões em 2060.^[31] A medida vai contra os interesses da Austrália e do Brasil^[32], duas das economias que exportam minério de ferro para o país e que atualmente são lideradas por governos que sinalizam hostilidades a Pequim. A Austrália, nos últimos anos faz coro junto ao Reino Unido e EUA em solidariedade a Taiwan, em apoio aos manifestantes de Hong Kong contra a Lei de Segurança^[33] e, mais recentemente, às acusações sobre a proliferação global da Covid-19 por conta da falta de transparência chinesa, demandando investigações extras sobre as ações do governo chinês.^[34] O Brasil, por sua vez, vem dando sinais contraditórios a Pequim, em que diversos membros do alto escalão do

[28] South China Morning Post. China's ministry at the forefront of US technology rivalry gets a new chief. Disponível em: <<https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3095573/chinas-ministry-forefront-us-technology-rivalry-gets-new>>. Acesso em: 04/01/2021.

[29] Xinhua. China to add 600,000 5G base stations in 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2020-12/29/c_139625872.htm>. Acesso em 05/01/2021.

[30] Latitude Sul. China anuncia novas metas ambientais na Assembleia Geral da ONU. Conjuntura Latitude Sul, nº9, setembro de 2020, p.13. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2020.pdf>. Acesso em: 05/01/2021.

[31] Xinhua. China cortará ainda mais produção de aço bruto para meta de neutralidade de carbono. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2020-12/30/c_139628971.htm>. Acesso em: 05/01/2021.

[32] Infomoney. Plano da China de reduzir produção de aço abala minério de ferro. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/plano-da-china-de-reduzir-producao-de-aco-abala-minerio-de-ferro/>>. Acesso em: 06/01/2021.

[33] BBC. *National security law*: Australia suspends Hong Kong extradition treaty. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-australia-53344013>>. Acesso em: 06/01/2021.

[34] *South China Morning Post*. *Australia pushes back against China in Pacific as coronavirus hinders influence efforts*. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/asia/australasia/article/3116288/australia-pushes-back-against-china-pacific-coronavirus>>. Acesso em: 06/01/2021.; Reuters. *Australia demands coronavirus enquiry, adding to pressure on China*. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-australia/australia-demands-coronavirus-enquiry-adding-to-pressure-on-china-idUSKBN221058>>. Acesso em: 06/01/2020.

governo de Jair Bolsonaro fomentaram discórdias diplomáticas, além do presidente reforçar seu alinhamento ao governo de Trump.^[35]

Essa ampliação da presença global da China, no entanto, vem gerando acirramentos regionais, como a inclusão do Paquistão no cinturão comercial terrestre, que desagradou ao governo indiano, agravando animosidades históricas e securitizando as fronteiras no Himalaia.^[36] A aproximação construída entre Pequim e Nova Déli, entre as décadas de 2000 e 2010, colocou uma trégua temporária para os contenciosos, que seriam reavivados com as novas linhas nacionalistas do governo indiano estabelecido pela reeleição de Narendra Modi para o cargo de primeiro-ministro indiano.^[37] Países como Coreia do Sul e Japão, com os quais a China tem disputas territoriais, e Austrália e Índia, que atualmente se alinham aos EUA, mostram bastante desconfiança com a estratégia de securitização marítima chinesa para os Oceanos Pacífico e Índico e denunciam a criação de ilhas artificiais e outros recursos para se firmar geopoliticamente. A estratégia é justificada pelo governo chinês pela necessidade de resguardar o tráfego comercial em um corredor marítimo, com redes portuárias para atender ao crescente fluxo comercial^[38] e com bases militares para que as frotas do país resguardem os navios de ataques de piratas, sobretudo próximos à costa africana.

Wei Fenghe, Ministro da Defesa chinês, tem tido papel fundamental nas negociações de acordos de cooperação militar no Oceano Pacífico^[39], agindo de maneira a negociar o fim da altercação

[35] Comex. Brasil terá que mudar suas relações com a China a partir de 20 de janeiro, diz empresário. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/brasil-tera-que-mudar-suas-relacoes-com-a-china-a-partir-de-20-de-janeiro-diz-empresario/>>. Acesso em: 06/01/2021.

[36] *India Times. China-Pakistan Economic Corridor is illegal: India*. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/china-pakistan-economic-corridor-is-illegal-india/articleshow/73974996.cms?from=mdr>>. Acesso em: 06/01/2021; Latitude Sul. Conflito na fronteira entre Índia e China em meio ao caos sanitário global. Conjuntura Latitude Sul, n. 6, p.11, junho 2020. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Junho2020.pdf>. Acesso em: 06/01/2021; Latitude Sul. Continua a disputa entre Índia e China na região do Himalaia, Conjuntura Latitude Sul, n. 9, p.14, setembro de 2020. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2020.pdf>. Acesso em: 06/01/2021; Latitude Sul. Rivalidade sino-indiana continua aquecendo cenário geopolítico asiático, Conjuntura Latitude Sul, n. 10, p.14, outubro de 2020. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/11/ConjunturaLATSUL_Outubro2020.pdf>. Acesso em: 06/01/2021.

[37] The Diplomat. The New Nationalism in Modi's India. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/12/the-new-nationalism-in-modis-india/>>. Acesso em: 15/01/2021.

[38] The Economist. The new masters and commanders. Disponível em: <<https://www.economist.com/international/2013/06/08/the-new-masters-and-commanders>>. Acesso em: 07/01/2021.

[39] Latitude Sul. Ministério da Defesa chinês protagoniza discussões de política externa. Conjuntura Latitude Sul, n. 9, p.15, setembro de 2020. Disponível

com a Índia na fronteira do Himalaia. O ministro tem reforçado o compromisso das forças armadas da China em não darem os primeiros disparos, evitando a escalada de violência para um conflito armado. Paralelamente aos preparativos para as reuniões virtuais da ASEAN, Wei Fenghe visitou diversos países para firmar acordos de cooperação militar ou reforçar laços e alianças com estados parceiros nos países insulares do Sudeste Asiático.^[40]

As disputas fronteiriças com a Índia, iniciadas em maio de 2020 e que já deixaram cerca de 43 mortos do lado chinês e 20 do lado indiano, têm tido repercussões negativas para o empresariado chinês, sobretudo no setor de *softwares* e aplicativos.^[41] Desde o início da contenda, inúmeros aplicativos de desenvolvedoras chinesas foram bloqueados na Índia por suspeita de espionagem, muitos dos quais são aplicativos comerciais ligados ao Alibaba Group, como a AliExpress e derivados; redes sociais, como o *Tik Tok*; aplicativos de encontros e relacionamentos; e jogos online. Muitos destes aplicativos, disponíveis na *Play Store* (em celulares *Android*, com sistema administrado pela Google) e *Apple Store* (em *Ipshones*, da *Apple Company*), contam com mecanismos de micro transações e assinaturas.^[42]

Além da Índia, empresas chinesas também protagonizam disputas diplomáticas com os EUA, por conta da guerra comercial entre Pequim e Washington. Dentre estas, a Tencent, administradora do aplicativo de mensagens instantâneas *We Chat*, usado principalmente pela comunidade sino-estadunidense; e a ByteDance, criadora da rede social de compartilhamento de vídeos *Tik Tok*, popular principalmente entre adolescentes e jovens adultos. Ambas vem figurando em uma longa disputa, após terem sido banidas pela administração de Donald Trump sob acusações de espionagem e uso irregular de dados dos usuários.^[43] Estas empresas, proibidas de negociar nos EUA, deveriam ter suas operações no país adquiridas por empresas estadunidenses ou

em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2020.pdf>. Acesso em: 07/01/2021.

[40] *South China Morning Post. South China Sea: China's defence minister heads to Brunei, Philippines after visits to Malaysia and Indonesia*. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3100602/south-china-sea-chinese-defence-minister-wei-fenghe-turns>>. Acesso em: 07/01/2021.

[41] *Pant, Harsh. For Beijing and New Delhi, 2020 Was the Point of No Return. Foreign Policy*. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2020/12/28/for-beijing-and-new-delhi-2020-was-the-point-of-no-return/>>. Acesso em: 07/01/2021.

[42] *Economic Times. India bans 59 Chinese apps including TikTok, WeChat, Helo*. Disponível em: <<https://economictimes.indiatimes.com/tech/software/india-bans-59-chinese-apps-including-tiktok-helo-wechat/articleshow/76694814.cms>>. Acesso em: 08/01/2021.

[43] Latitude Sul. China sofre restrições tecnológicas dos EUA e aliados. *Conjuntura Latitude Sul*, nº8, agosto de 2020, p.14. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2020.pdf>. Acesso em: 08/01/2021.; Governo chinês reage a restrições de tecnologia e revisa sua lista de produtos para exportação. *Conjuntura Latitude Sul*, nº8, agosto de 2020, p.14. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2020.pdf>. Acesso em: 08/01/2021.

desmembrar as suas operações até 12 de novembro de 2020, a fim de voltarem a operar no país. Algumas empresas manifestaram interesse e deram lances, como a Oracle, a Microsoft e a Walmart, que ofereceram entre vinte e trinta bilhões de dólares, desde que o algoritmo estivesse incluso na transação.^[44] Para resguardar a tecnologia de informação e os algoritmos dessas empresas, o Ministério do Comércio atualizou a lista de tecnologias sensíveis para exportação, criando obstáculos para uma possível venda.^[45] A ByteDance, que, para continuar operando, levou o caso aos tribunais, segue com o *Tik Tok* ativo para os usuários dos EUA enquanto não finaliza o acordo com a Oracle e a Walmart para atender a ordem executiva e estabelecer uma empresa separada da matriz chinesa.^[46]

A Huawei tem gerado impasses e derrotas diplomáticas para o governo chinês, que tenta repatriar a executiva Meng Wanzhou, desde 2018 presa no Canadá e acusada de transferência de tecnologia sensível para o governo iraniano.^[47] Wanzhou, que está em prisão domiciliar, sofreu ameaças de morte enviadas por correspondência, uma das quais continha munição para arma de fogo.^[48] Enquanto o governo chinês tenta sua repatriação, o governo estadunidense pede a extradição para que Wanzhou seja julgada por um tribunal nos EUA. No mês de dezembro de 2020 foram iniciadas tratativas com o Departamento de Justiça dos EUA, em que os promotores tentam costurar um acordo de cooperação para que a chefe de finanças da Huawei assuma parte das acusações em troca de leniência.^[49] Aliados dos EUA, como o Reino Unido, Austrália e Canadá vem colocando barreiras para o uso de tecnologia 5G da Huawei em seus territórios.

[44] CNBC. *U.S. is looking at banning more Chinese apps over national security as TikTok sale stalled*. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2020/09/04/us-is-looking-at-banning-more-chinese-apps-over-national-security.html>>. Acesso em: 08/01/2021.

[45] CNBC. *TikTok reportedly forced to weigh new options for U.S. sale after China's latest restrictions*. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2020/09/02/tiktok-sale-hits-snap-as-china-places-restrictions-on-tech-sales.html>>. Acesso em: 08/01/2021.

[46] Reuters. *U.S. government appeals judge's order blocking TikTok restrictions*. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-tiktok/u-s-government-appeals-judges-order-blocking-tiktok-restrictions-idUSKBN2921LY>>. Acesso em: 09/01/2021.

[47] Latitude Sul. *Empresas no centro de conflitos entre China, EUA, Canadá e Reino Unido*. Conjuntura Latitude Sul, nº6, junho de 2020, p.9 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/07/Conjuntura-Latitude-Sul_Junho2020v1.pdf>. Acesso em: 09/01/2021.

[48] *The Guardian*. *Huawei: bullets sent to Meng Wanzhou while under house arrest, court hears*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2021/jan/13/huawei-bullets-sent-to-meng-wanzhou-while-under-house-arrest-court-hears>>. Acesso em: 14/01/2021.

[49] *The Wall Street Journal*. *U.S. in Talks With Huawei Finance Chief Meng Wanzhou About Resolving Criminal Charges*. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/u-s-in-talks-with-huawei-finance-chief-meng-wanzhou-about-resolving-criminal-charges-11607038179>>. Acesso em: 09/01/2021.

A fragmentação em dois sistemas: a paradiplomacia e as “paradiplomacias”

Alguns governos locais e provinciais seguem com relações paradiplomáticas alinhadas às diretrizes do governo central, fenômeno intensificado pela pandemia da Covid-19, quando se observou uma forte cooperação internacional de cidades e províncias realizando e retribuindo doações para cidades, estados e províncias de outros países.^[50] Este fenômeno vem sendo incentivado pela Câmara Geral de Comércio da China, fundada em 2005.^[51] As relações entre governos subnacionais chineses e estadunidenses ocorrem desde 2011, com a realização dos Fóruns de Governadores da China e dos EUA.^[52] A iniciativa, que chegou em sua quinta edição em 2019, reúne as grandes zonas industriais chinesas, e atua para contornar o contencioso comercial com os EUA, na tentativa de compensar as novas tarifas do governo federal dos EUA com outros benefícios junto aos governadores dos estados daquele país.^[53]

Diferentemente dos casos anteriores, em que a paradiplomacia é ocasional e convergente e não uma ferramenta sistematizada, Hong Kong e Taiwan, por conta de trajetórias particulares que conformam a autonomia destas regiões, seguem por caminhos muitas vezes divergentes dos definidos por Pequim. Internamente, o país, desde o Consenso de 1992, tenta conduzir a difícil tarefa de estruturar a política de Uma China, Dois Modelos e acomodar a independência *de facto* da ilha de Taiwan^[54] e integrar Hong Kong e Macau, territórios devolvidos ao país em 1997 e 1999, respectivamente, e que tem a autonomia garantida por 50 anos contados a partir da data de retorno.

Taiwan, que não reconhece a legitimidade do governo chinês sobre seu território, reivindica o status de república independente, que manteve até 1971, quando o governo local era reconhecido nas

[50] Latitude Sul. Cidades chinesas reforçam paradiplomacia no combate ao COVID-19. Conjuntura Latitude Sul, n. 3, p.12, março de 2020. Disponível em: < <http://latsul.org/2020/04/20/conjuntura-latitude-sul-32020/>> Acesso em: 10/01/2021.

[51] *China Gerenral Chamber of Commerce*. About Us. Disponível em: <<https://www.cgccusa.org/en/about-us/>>. Acesso em: 15/01/2021.

[52] *China Daily*. *China-US Governors Forum*. Disponível em: <https://usa.chinadaily.com.cn/us/2011-07/14/content_12903380.htm>. Acesso em: 15/01/2020.

[53] Latitude Sul. Paradiplomacia se fortalece nas relações entre China e EUA. Conjuntura Latitude Sul, nº5, maio de 2019, p.8. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/06/ConjunturaLATSUL_maio_2019.pdf>. Acesso em: 10/01/2021.

[54] *The Diplomat*. *Is This the End of the ‘1992 Consensus’?*. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/01/is-this-the-end-of-the-1992-consensus/>>. Acesso em: 10/01/2021; GROSSMAN, Derek. *Is the ‘1992 Consensus’ Fading Away in the Taiwan Strait?*. *Rand Corporation*, 03/06/2020. Disponível em: <<https://www.rand.org/blog/2020/06/is-the-1992-consensus-fading-away-in-the-taiwan-strait.html>>. Acesso em: 10/01/2021.

Nações Unidas como representante legítimo da República da China. Este status foi perdido em 1971, através da Resolução nº2758, da Assembleia Geral da ONU, que definiu a República Popular da China como única e legítima representante da China.^[55] O governo da ilha tentaria reingressar como estado independente por diversas ocasiões na ONU, o que foi rejeitado em todas as ocasiões em respeito à política de Uma Só China.^[56] Apesar disso, Pequim nunca conseguiu exercer poder sobre a ilha, que manteve a animosidade militar no estreito entre a ilha de Formosa e a China continental, mesmo com o reconhecimento diplomático dos EUA a partir de 1979.

Diante do não-reconhecimento internacional, por muito tempo, o governo local de Taiwan envidou esforços e recursos em sua diplomacia não-oficial através dos Escritórios de Representação de Taipei, para reaver o status de país independente e manter laços comerciais e culturais com outros países. Formalmente, após o rompimento de relações com as Ilhas Salomão e Kiribati^[57], apenas quinze países mantêm relações diplomáticas formais com Taiwan.^[58] Como artifício para manter laços com governos estrangeiros, o governo da ilha utiliza seus escritórios de representação comercial e cultural enquanto embaixadas de facto, ainda que o país publicamente declare que as missões não tenham caráter diplomático. Diversos países, como os EUA, mantêm diálogo diplomático com o governo local por este artifício, com seus próprios escritórios de representação econômica e cultural estabelecidos na ilha de Formosa.^[59]

Em 1992, com um espaço de diálogo reaberto com Pequim, foi elaborado o Consenso, entre os governos de Pequim e Taipei, que reconhecia a unidade da nação chinesa sem a unificação dos sistemas políticos. Em 2008, foi retomado o trânsito de pessoas entre as duas margens do estreito de Taiwan, permitindo o fluxo entre a ilha e o continente.^[60] Esse cenário chegaria ao ponto crítico em 2016, com

25

[55] Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral, Resolução nº 2758 de 1971. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/192054?ln=en>>. Acesso em: 10/01/2021.

[56] BBC. *UN rejects Taiwan membership bid*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6913020.stm>>. Acesso em: 10/01/2021.

[57] *The Guardian*. *Taiwan loses second ally in a week as Kiribati switches to China*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/20/taiwan-loses-second-ally-in-a-week-as-kiribati-switches-to-china>>. Acesso em: 16/01/2021.

[58] Guatemala, Honduras, Santa Sé, Haiti, Paraguai, Nicarágua, Suazilândia, Tuvalu, Nauru, São Vicente e Granadinas, Não Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, Belize, ilhas Marshall e Palau. Ver: Ministério de Relações Exteriores de Taiwan. Disponível em: <<https://en.mofa.gov.tw/AlliesIndex.aspx?n=DF6F8F246049F8D6&sms=A76B7230ADF29736>>. Acesso em: 16/01/2021.

[59] Mengin. Françoise. *Taiwan's Non-official Diplomacy. Diplomacy and Statecraft*, nº8, vol.1, 1997, p.228-248.

[60] *The New York Times*. *China Suspends Diplomatic Contact With Taiwan*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/06/26/world/asia/china->

a eleição de Tsai Ing-wen, do Partido Democrata Progressista, como nova governante da ilha, que se distanciaria do Consenso de 1992 e provocaria o rompimento do contato diplomático entre a ilha e o continente. O tom das relações entre os dois lados do estreito ficou mais grave em 2019^[61], que seria reforçado pela aproximação dos EUA como aliado do governo local. As relações entre Washington e Taipei resultaram em sucessivos contratos de exportação de tecnologia militar sensível^[62] para reequipar as forças armadas de Taiwan e os sistemas de defesa instalados no estreito do mar da China.^[63] Outra tentativa de legitimar sua independência foi vista na tentativa do governo da ilha em participar enquanto estado-observador da Assembleia Mundial da Saúde, bloqueada pelos membros da Assembleia Geral, graças a campanha promovida pelo governo chinês de maneira assertiva.^[64] Apesar de atualmente não contar com reconhecimento formal, Taiwan vem sendo apoiada pelo eixo de nações anglo-saxãs: EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá, que comercial e militarmente vêm suprindo o país e fornecendo declarações de solidariedade à contragosto do governo de Pequim.^[65]

[suspends-diplomatic-contact-with-taiwan.html](#)>. Acesso em: 11/01/2021.

[61] *The New York Times*. *Taiwan's President, Defying Xi Jinping, Calls Unification Offer 'Impossible'*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/01/05/world/asia/taiwan-xi-jinping-tsai-ing-wen.html>>. Acesso em: 11/01/2021.

[62] BBC. *US approves \$1.8bn weapons sale to Taiwan*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-54641076>>; <<https://www.nytimes.com/2019/07/09/world/asia/taiwan-arms-sales.html>>. Acesso em: 11/01/2021; *South China Morning Post*. *Taiwan seeks more advanced weapons from US at defence industry conference*. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/2170858/taiwan-seeks-more-advanced-weapons-us-defence-industry>>. Acesso em 11/01/2021.

[63] Latitude Sul. Ilhas Salomão e Kiribati estabelecem relações diplomáticas com a República Popular da China. Conjuntura Latitude Sul, nº 9, setembro de 2019, p.9-10. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/10/ConjunturaLATSUL_setembro_2019.pdf>. Acesso em: 11/01/2021; Latitude Sul. Taiwan e Tibet protagonizam disputas nas relações entre China e EUA. Conjuntura Latitude Sul, nº1-2, jan-fev, 2020, p.11 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/03/ConjunturaLatitudeSul_JanFev20.pdf>. Acesso em: 11/01/2021.

[64] Latitude Sul. Taiwan e Tibet protagonizam disputas nas relações entre China e EUA. Conjuntura Latitude Sul, nº1-2, jan-fev, 2020, p.11 Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/03/ConjunturaLatitudeSul_JanFev20.pdf>. Acesso em: 11/01/2021; Latitude Sul. Na 73ª Assembleia Mundial da Saúde a China acirra o debate político. Conjuntura Latitude Sul, nº5, mai de 2020, p.12. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/06/Conjuntura-Latitude-Sul_Maio2020v2.pdf>. Acesso em: 11/01/2021; Latitude Sul. Novos atritos entre China e Taiwan. Conjuntura Latitude Sul, nº 5, mai 2020, p.12. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/06/Conjuntura-Latitude-Sul_Maio2020v2.pdf>. Acesso em: 11/01/2021.

[65] *South China Morning Post*. *Taiwan's strong 2020: Covid-19 success, investment gains and US support*. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3115288/taiwans-strong-2020-covid-19-success-investment-gains-and-us>>. Acesso em: 11/01/2021.

Hong Kong, por sua vez, tem vivenciado nos últimos anos um forte ativismo político da sociedade civil contra o governo central chinês. As manifestações na Região Autônoma, que ocorrem desde 2010, com as marchas por sufrágio universal^[66], mas principalmente a partir de 2014, quando o governo chinês decidiu mudar as regras eleitorais que teriam vigência sobre as eleições legislativas de 2016 e as eleições executivas de 2017, em que os candidatos deveriam ser aprovados por Pequim.^[67] Conhecida como Revolução dos Guarda-Chuvas, pelo uso ostensivo de guarda-chuvas pelos manifestante, além de máscaras, sacos plásticos e outros objetos, usados com a finalidade de atrapalhar os sistemas de vigilância e reconhecimento facial que poderiam ser utilizados pelo governo para prender os participantes de protestos, o movimento angariou atenção internacional. Por sua vez, apesar de reforçar as garantias civis dos manifestantes, Pequim confirmou o status de questão doméstica ao governo chinês.

Novas manifestações voltariam a acontecer na região em 2019, dessa vez em reação a proposta de lei que daria autoridade para o governo central extraditar presos e julgá-los pelas leis da China continental, o que violaria a autonomia jurídica de Hong Kong. Os manifestantes também demandavam o sufrágio universal, anistia aos presos políticos e investigações independentes para apurar violência policial.^[68] Os protestos geraram uma comoção muito maior da comunidade internacional, sobretudo por conta da Lei de Segurança em Hong Kong^[69], promulgada pelo governo central de Pequim para a Região Administrativa Especial em 2020, que inclui secessão, interferência estrangeira, terrorismo e subversão contra o governo central como crimes passíveis de julgamento pelo governo de Pequim.

Entendidas as novas decisões de Hong Kong e Pequim como uma grande violação à autonomia local e à cidadania da população, as novas medidas acirraram as relações diplomáticas chinesas, sobretudo com o Reino Unido. O primeiro-ministro britânico ofereceu passaportes britânicos para cerca de 3 milhões de cidadãos locais, nascidos até a data da reintegração com a China em 1997, indicando que não trataria

[66] O chefe de governo de Hong Kong é eleito por voto de 1200 representantes da sociedade civil em um comitê que representa menos de 0,1% da sociedade local. BBC. Quem é Carrie Lam, líder de Hong Kong que recuou de projeto de extradição após onda de protestos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48650458>>. Acesso em: 12/01/2021.

[67] *The Guardian. Hong Kong's umbrella revolution - The Guardian briefing.* Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/sep/30/sp-hong-kong-umbrella-revolution-pro-democracy-protests>>. Acesso em: 12/01/2021.

[68] BBC. *The Hong Kong protests explained in 100 and 500 words.* Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-49317695>>. Acesso em: 12/01/2021.

[69] Latitude Sul. Protestos em Hong Kong provocam atrito internacional. Conjuntura Latitude Sul, nº7, julho de 2019, p.9. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/08/ConjunturaLATSUL_julho_2019.pdf>. Acesso em: 12/01/2021.

mais as disputas como assunto doméstico.^[70] A medida garantiria que hongkongueses pudessem trabalhar e estudar no Reino Unido por 5 anos e depois requerer a residência e cidadania. Novamente, o bloco composto por Reino Unido, EUA, Canadá e Austrália^[71] se apresenta como antagonista do governo de Pequim, sinalizando que não mais observavam as disputas como uma questão doméstica do governo chinês, ameaçando com a imposição de sanções.^[72]

Uma China, dois sistemas: múltiplos atores, contrastes e contradições

A título de conclusão, pode-se afirmar que a política externa chinesa vem buscando acomodar, de acordo com as necessidades, atores políticos ativos e participativos, ainda que muitas vezes, como no caso de Taiwan, estes sejam motivo de dissenso com o governo central. Além da ação dos atores, formais e informais, é importante dar destaque para a maneira como as conflitualidades internas do modelo Uma China, Dois Sistemas são instrumentalizadas por governos estrangeiros como constrangimento e censura a Pequim, sendo consequentemente incorporados na agenda diplomática.

Nos últimos anos, sobretudo desde que Trump assumiu a presidência dos EUA, questões envolvendo os governos locais de Hong Kong e Taiwan foram inúmeras vezes mobilizadas para fortalecer a posição estadunidense frente ao governo chinês. Outras questões, como os campos de detenção da população *uigur*, na província de Xinjiang, têm sido mobilizadas contra a China, o que acaba deslocando parte da sua capacidade diplomática e de negociação para contornar possíveis sanções internacionais, sobretudo às suas empresas e aos oficiais do governo.^[73] As críticas estadunidenses, entretanto, não partem apenas do presidente Trump, com mandato finalizado em janeiro de 2020, mas também de lideranças importantes do Partido Democrata, como a presidente da Câmara de Representantes, Nancy Pelosi, que tem demonstrado ativismo contra as ações recentes de Pequim.^[74]

[70] *The Guardian*. Boris Johnson lays out visa offer to nearly 3m Hong Kong citizens. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/jun/03/britain-could-change-immigration-rules-for-hong-kong-citizens>>. Acesso em: 13/01/2021.

[71] BBC. National security law: Australia suspends Hong Kong extradition treaty. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-australia-53344013>>. Acesso em: 06/01/2021.

[72] *The Associated Press*. Australia, US, UK, Canada criticize Hong Kong mass arrests. Disponível em: <<https://apnews.com/article/australia-hong-kong-arrests-china-national-security-239dd82cb5bd315476a6259ae48753ad>>. Acesso em: 13/01/2021.

[73] *The New York Times*. U.S. Imposes Sanctions on Chinese Officials Over Mass Detention of Muslims. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/07/09/world/asia/trump-china-sanctions-uighurs.html>>. Acesso em: 14/01/2021.

[74] Pelosi, Nancy. Pelosi Statement on Beijing's Escalating Assault Against Hong Kong. Disponível em: <<https://www.speaker.gov/newsroom/81120>>.

Por outro lado, atores não abordados neste artigo, como os legisladores chineses^[75], têm ganhado espaço na agenda de política exterior da China, sobretudo na negociação de marcos legislativos e comerciais.^[76] A agenda legislativa do país sofreu retração em 2020 por conta da pandemia da Covid-19, porém as atividades internacionais dos legisladores chineses mostram-se tão diversificadas quanto a dos líderes do governo.^[77] Também não abordamos a crescente agenda de cooperação constituída no continente africano, território onde o Ministro de Relações Exteriores tem se mostrado a ponta-de-lança.^[78]

É improvável imaginar que a diversidade de atores povoando a política externa chinesa vá diminuir nos próximos anos, quando se espera que sejam colhidos os resultados dos megaprojetos estruturais de comércio exterior, algo que demandará uma cada vez maior capacidade de articulação da China em defesa de seus interesses. Igualmente difícil imaginar que as pressões domésticas de Taiwan e Hong Kong vão ceder, ou que o mundo anglofônico vá reduzir suas críticas ao governo de Pequim, mesmo com as recentes mudanças de governo.

Por fim, também é importante frisar que a recente aproximação infraestrutural com a União Europeia não se manterá sem custos diplomáticos, sendo que a pluralidade de atores ajudaria a estreitar os laços, sobretudo entre o Parlamento Europeu e o Congresso Chinês. A pretensão de reaproximação com o bloco europeu, de Joe Biden, presidente eleito dos EUA, poderá prejudicar as pretensões chinesas.^[79]

Artigo recebido para publicação em: 15 de janeiro de 2021.

Acesso em: 14/01/2021.

[75] Latitude Sul. Legislativo chinês busca apaziguar declarações estrangeiras sobre Hong Kong. Conjuntura Latitude Sul, nº8, agosto de 2019, p.9. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/09/ConjunturaLATSUL_agosto_2019.pdf>. Acesso em: 14/01/2021; Latitude Sul. Membros do governo chinês lançam nova ofensiva contra a intervenção em assuntos domésticos. Conjuntura Latitude Sul, nº10, outubro, 2019, p.11. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/11/ConjunturaLATSUL_outubro_2019.pdf>. Acesso em: 14/01/2021.

[76] CGTN. *China's top legislator stresses legislation support for high-quality development*. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/3d3d514f7a456a4d33457a6333566d54/index.html>>. Acesso em: 14/01/2021.

[77] Congresso Nacional do Povo da República Popular da China. *Parliamentary Exchanges*. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c2766/list_4.shtml>. Acesso em: 14/01/2021.

[78] Xinhua. *FOCAC leads int'l cooperation with Africa: Chinese FM*. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/13/c_138699366.htm>. Acesso em: 14/01/2021.

[79] *The Diplomat*. *EU-China Investment Deal: Has China Revived Its European Diplomacy?* Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/12/eu-china-investment-deal-has-china-revived-its-european-diplomacy/>>. Acesso em: 14/01/2021.

Política Externa e Futebol: O Legado de Diego Maradona e o *Soft Power* Argentino

André Leão

Pesquisador
NEAAPE

Introdução

O esporte costuma ser um tema bastante marginal na produção acadêmica em Ciência Política e Relações Internacionais, e houve quem argumentasse que, no Brasil, por exemplo, ele é um tema praticamente ausente nessas áreas de conhecimento.^[1] Geralmente, os estudos sobre esporte, mesmo aqueles com enfoques do campo de Relações Internacionais, são produzidos por autores de áreas como a Antropologia, Sociologia, História e Educação Física. Entretanto, a capacidade de circular entre os níveis local, nacional e internacional e de conectar as massas e as elites é o que torna o esporte um fenômeno importante e que possibilita desafiar as perspectivas tradicionais em Relações Internacionais, deixando de ser um objeto de estudo negligenciado no campo.^[2]

Historicamente, um dos principais eventos que ilustram a importância do esporte como objeto do campo de Relações Internacionais são os Jogos Olímpicos de 1936, realizados em Berlim, na Alemanha nazista. A escolha dessa cidade pelo Comitê Olímpico Internacional como sede das competições permite compreender mais profundamente como governos utilizam o esporte como ferramenta de política externa, por meio da promoção de uma imagem positiva de um país no exterior. Nessa ocasião, Adolf Hitler queria impressionar o mundo com a grandeza dos Jogos. Para isso, as instalações dos complexos esportivos eram monumentais: foi construído um lago artificial para treinamento dos nadadores, havia uma pista de treinamento

[1] Suppo, Hugo. Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, p. 397-433, 2012.

[2] Hill, Christopher. Prologue. In: Levermore, Roger; Budd, Adrian (Eds.). *Sport and International Relations: an emerging relationship*. Routledge, 2004.

de atletismo na própria Vila Olímpica e mais de 100 prédios para abrigar os competidores^[3]. De modo geral, a intenção do Estado era de que os Jogos servissem para conquistar a opinião pública mundial, além de serem considerados como um meio de quebrar o isolamento cultural e esportivo ocorrido após o fim da Primeira Guerra Mundial.

De fato, os Jogos serviram como um instrumento de propaganda para os nazistas, embora ofuscada pelo destaque de Jesse Owens – um atleta estadunidense negro que quebrou alguns recordes no atletismo mundial, desafiando de modo contundente o mito da superioridade da raça ariana difundido por Hitler. Os Jogos foram bem organizados^[4] e a Alemanha dominou o quadro de medalhas, ficando em primeiro lugar na classificação geral.^[5] Esse fato serviu como meio de propaganda interna e externa^[6], visto que acabou transmitindo ao mundo a imagem de uma Alemanha unificada nacionalmente que poderia ser bem sucedida no plano internacional.^[7]

A capacidade de mobilização de variados atores por parte das competições esportivas internacionais – tais como os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo de futebol – e dos atletas que delas participam é muito significativa. Esses eventos têm um alcance global que dificilmente é igualado por quaisquer outros eventos, já que contam com uma presença muito grande de espectadores e telespectadores, empresas, patrocinadores, mídia e governos. Por esse motivo, a morte de Diego Armando Maradona, ícone do futebol mundial e considerado um dos jogadores mais geniais da história, repercutiu globalmente. Isso ilustra como sua trajetória é um fenômeno relevante, tendo em vista seu papel de líder e maior jogador da seleção argentina em competições internacionais. Mas os desdobramentos da figura de Maradona não se restringem ao âmbito esportivo. Eles transcendem o futebol, dada a sua representatividade política como uma ferramenta de projeção da cultura argentina no mundo.

Na Argentina, o impacto da notícia do falecimento foi ainda maior do que a repercussão na mídia internacional, como

[3] Guttman, Allen. Berlin 1936: *The Most Controversial Olympics*. In: Tomlinson, Alan.; Young, Christopher (eds.). *National Identity and Global Sports Events: Culture, Politics, and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup*. Albany: State University of New York Press, 2006, p.65-81.

[4] Ibid., 2006.

[5] Krüger, Arnd. *Strength through Joy: the culture of consent under fascism, Nazism and Francoism*. In: Krüger, Arnd.; Riordan, James (eds.). *The International Politics of Sport in the 20th century*. Nova York: Routledge, 1999, p.67-89.

[6] Krüger, Arnd. *The Role of Sport in German International Politics, 1918-1945*. In: Arnaud, Pierre.; Riordan, James (eds.). *Sport and International Politics. The Impact of Fascism and Communism on Sport*. Nova York: Routledge, 1998, p.79-96.

[7] Krüger, op. cit., 1999.

atesta a declaração à imprensa do presidente argentino, Alberto Fernández: “Diego era a Argentina no mundo, encheu-nos de alegria e nunca vamos poder pagar-lhe tanta alegria”^[8]. Em sua conta oficial no *Twitter*, ele escreveu uma mensagem com conteúdo semelhante: “Levou-nos ao topo do mundo. Fez-nos imensamente felizes. Foi o maior de todos. Obrigado por ter existido, Diego. Vamos sentir a sua falta por toda vida”^[9].

Ao falar que Maradona representava a Argentina em âmbito global, Fernández indica o tamanho da dimensão do ídolo para a imagem do país no exterior. A partir dessa relação entre um atleta e a projeção internacional do país, é possível refletir de modo mais amplo sobre o papel do esporte no campo das Relações Internacionais e, de modo específico, sobre o papel do futebol como um instrumento de *soft power* da política externa. Afinal, como afirma Hill, “mesmo a [...] tradicional área da diplomacia não pode se dar ao luxo de negligenciar o esporte [...]. A projeção da imagem ou da marca de um país [...] depende significativamente da sua capacidade de organizar grandes competições e de produzir campeões ‘de classe mundial’”^[10].

O Soft Power e o Futebol

A partir de uma análise sobre a agenda do poder global, Nye Jr.^[11] desenvolveu o conceito de *soft power*. Ele se refere a uma dimensão em que há vários temas transnacionais que não envolvem ações coercitivas por parte dos Estados. Nye Jr. define *soft power* como a habilidade de determinados atores de influenciar as preferências de outros atores através de recursos como a cultura e a política externa. A cultura pode contribuir para a propagação de valores e interesses de um país no exterior, culminando em uma aproximação com outros países. E a diplomacia, na medida em que insere a cultura como um tema importante da agenda de política externa, pode aumentar a capacidade de atração, de persuasão e negociação de um país.^[12]

[8] “Diego era Argentina en el mundo, nos llenó de alegría y nunca le vamos poder pagar tanta alegría”. In: Página 12. Alberto Fernández sobre Maradona: “Diego era Argentina en el mundo y nunca le vamos a poder pagar tanta alegría”, 25/11/2020. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/307995-alberto-fernandez-sobre-maradona-diego-era-argentina-en-el-m>>. Acesso em: 10/01/2021.

[9] “Nos llevaste a lo más alto del mundo. Nos hiciste inmensamente felices. Fuiste el más grande de todos. Gracias por haber existido, Diego. Te vamos a extrañar toda la vida”. In: Ibid., 25/11/2020.

[10] *Even the [...] traditional area of diplomacy cannot afford to neglect sport [...]. The projection of a country's image or brand [...] is thought to hinge significantly on its ability to stage major competitions and to produce “world-class” champions.* In: Hill, Christopher, op. cit., p.3.

[11] Nye Jr., J. S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. 1st. ed. New York: Public Affairs, 2004.

[12] Amorim, C. A Política de Defesa de um País Pacífico. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 18, n. 1, p. 7–15, 2012.

Portanto, é importante para os governos operar uma diplomacia cultural ativa, que visa a construção de uma imagem positiva de um país. Dito de outro modo, a adoção de estratégias diplomáticas para atrair atenção internacional deve levar em conta o prestígio cultural, que é um elemento significativo de criação de uma imagem internacional favorável aos interesses nacionais^[13].

Um dos efeitos mais relevantes gerados pela capacidade de atração é o poder de difusão de um país. Em outras palavras, em vez de produzir ações específicas facilmente identificáveis, o *soft power* representa uma espécie de influência mais generalizada e difusa, que pode ocorrer através da mobilização de múltiplos canais de comunicação, da força da disseminação de ideias e de valores culturais. Nesse sentido, certamente o esporte, em geral, e o futebol, especificamente, podem funcionar como vetores culturais que ajudam a atingir esses objetivos de política externa. No futebol, a existência de distintos canais de comunicação, como as confederações, federações, clubes e atletas de grande destaque, gera impulso ao *soft power* de um país, tendo em vista que o auxilia a aumentar sua influência no exterior, a partir da construção de uma imagem positiva.

Um exemplo de utilização do futebol como meio de promoção da imagem de um país no exterior foi a chamada Diplomacia da Bola, ocorrida durante o governo Lula. Em agosto de 2004, atendendo a um pedido do então presidente Lula, a Confederação Brasileira de Futebol organizou, em Porto Príncipe, capital do Haiti, o Jogo da Paz, uma partida amistosa disputada entre as Seleções do Brasil e a Seleção do Haiti. Esse jogo teve como objetivo transmitir a mensagem de que o Brasil – já envolvido na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) – estava comprometido em contribuir para a evolução da situação política do Haiti, o que foi alcançado: a imagem do Brasil e dos militares brasileiros no Haiti passou a ser vista positivamente pelo governo haitiano e pela população local^[14].

33

Atores Estatais e Não-estatais: estabelecendo pontes com o futebol

Na Argentina, um primeiro passo importante para o estudo do futebol como objeto de pesquisa e para a sua utilização em iniciativas governamentais ocorreu em 2020. O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Racing Club de Avellaneda assinaram um acordo de cooperação sem precedentes, cujo objetivo é construir pontes institucionais entre o campo das Ciências Sociais e o mundo do futebol, por meio de pesquisas, publicações de materiais e realização de eventos. A perspectiva de gênero será um dos principais temas a ser trabalhado no convênio, integrado especificamente pelo Grupo de Trabalho, Esporte e Cultura da CLACSO e pelo Departamento de Futebol Feminino do Racing. Dessa forma, o ponto de partida do projeto

[13] Soares, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

[14] Resende, Carlos Augusto Rollemberg de. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?. Meridiano47, 2010.

será realizar seminários e oficinas para as jogadoras da equipe principal do Racing.^[15]

No campo das Relações Internacionais, um movimento importante de inserção do esporte como tema da política externa argentina foi a realização, em 2019, do primeiro Seminário Internacional “O Esporte: ponte de inclusão e desenvolvimento”, organizado pela Chancelaria argentina em conjunto com a Organização Não-Governamental (ONG) *Acercando Naciones*. Esse seminário integra o programa de Diplomacia Esportiva lançado pela ONG e consiste em promover um intercâmbio de experiências, por meio de palestras e exposições, de diversos atores políticos, tais como representantes diplomáticos e de clubes, atletas, empresas e associações esportivas. O objetivo é compartilhar os impactos que as políticas públicas do esporte nos países dos participantes tiveram no desenvolvimento de programas de cooperação interacional.^[16]

Já a utilização do futebol como forma de difusão da imagem da Argentina no exterior também começou a ser institucionalizado recentemente, por meio de uma iniciativa pioneira. Em outubro de 2020, o Ministério de Relações Exteriores assinou dois acordos de cooperação: um com o *Club Atlético Boca Juniors* e outro com o *Club River Plate*. Em ambas as ocasiões, estiveram presentes o chanceler Felipe Solá e os presidentes das agremiações do Boca, Jorge Amor Leal, e do River, Rodolfo Raúl D’Onofrio. A cooperação envolve a participação das representações diplomáticas e consulares da Argentina no desenvolvimento de atividades previstas pelos clubes no exterior, a participação dos clubes em feiras e eventos culturais promovidos pela Chancelaria e uma colaboração mútua para a difusão de atividades conjuntas em outros países por meio das filiais – as embaixadas e consulados formados por torcedores^[17].

Ao anunciar o acordo com o Boca, Solá deu declarações bastante significativas sobre o papel do esporte – e do futebol, especificamente – como instrumento de política externa: “Quando se quer mostrar um país, há dois veículos imbatíveis. Um deles é o cinema. O outro é o esporte. E esporte com cor, com uma camiseta. Sem paixão não há esporte, não há multidões e não há apelo”^[18]. Em seguida, Solá referiu-se à representatividade do

[15] CLACSO. Un puente entre las ciencias sociales y el fútbol, 18/08/2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/un-puente-entre-las-ciencias-sociales-y-el-futbol/>>. Acesso em: 19/08/2020.

[16] Acercando Naciones. Diplomacia Deportiva. Disponível em: <<https://ong.acercandonaciones.com/diplomacia-deportiva.html>>. Acesso em: 10/01/2021.

[17] *Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Convenio de Cooperación entre la Cancillería y Boca Juniors*, 16/10/2020. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/convenio-de-cooperacion-entre-la-cancilleria-y-boca-juniors>>. Acesso em: 30/10/2020.

[18] “*Cuando uno quiere mostrar un país hay dos vehículos insuperables. Uno*

Boca: “Boca é Argentina, é um bairro onde nenhum turista deixa de ir, é tudo o que tem sido acumulado em sentimentos, mística e identidade durante tantos anos. Se eu estiver na Romênia e vir o Boca Juniors, irei para lá. É como ouvir um tango. Toca os sentimentos. Isso não tem preço”^[19].

No caso do River, ao justificar o acordo, Solá afirmou: “Queremos levar a cultura argentina a todo o mundo e nada nos representa como a paixão pelo futebol e pelas cores da camisa”^[20]. E prosseguiu com uma fala ainda mais expressiva sobre o impacto do futebol nas relações exteriores da Argentina, explicando as razões dos acordos com os clubes:

O futebol faz parte da cultura argentina e mundial. Permite que as nações se aproximem mais. Queremos que os grandes clubes, que são os que têm filiais no exterior, nos ajudem nesta tarefa de poder expandir a capacidade dos argentinos de chegar à sua pátria quando se encontram no exterior, e na difusão do nosso país, para além dos consulados e embaixadas. Os clubes estão mais do que dispostos. Por essa razão o fizemos com o Boca dias atrás e hoje com o River^[21].

O interesse da Chancelaria argentina em utilizar o futebol como meio de promoção da cultura argentina no exterior deve-se em grande medida à história construída por Maradona, principalmente a partir do seu desempenho na Copa do Mundo de 1986, quando a Argentina se sagrou campeã mundial pela segunda vez, após atuações memoráveis do então camisa 10 da seleção nacional.

35

Os Mundiais na Era Maradona até sua Consagração em 1986

A carreira de Maradona começou nas categorias de base do Argentinos Juniors aos 9 anos de idade, quando já demonstrava um

es el cine. El otro es el deporte. Y el deporte con color, con una camiseta. Sin pasión no hay deporte, no hay multitudes ni atractivo. In: Ibid., 16/10/2020.

[19] “Boca es Argentina, es un barrio al que ningún turista deja de ir, es todo lo acumulado en sentimientos, mística e identidad durante tantos años. Si estoy en Rumania y veo Boca Juniors me voy a acercar. Es como oír un tango. Toca los sentimientos. Eso no tiene precio”. In: Ibid., 16/10/2020.

[20] “Queremos llevar la cultura argentina a todo el mundo y nada nos representa como la pasión por el fútbol y el amor por los colores de la camiseta”. In: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. La Cancillería y River Plate firmaron un convenio de cooperación, 23/10/2020. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/la-cancilleria-y-river-plate-firmaron-un-convenio-de-cooperacion>>. Acesso em: 30/10/2020.

[21] “El futbol es parte de la cultura argentina y mundial. Permite que las naciones nos acerquemos más. Queremos que los clubes grandes, que son los que tiene filiales en el exterior, nos ayuden en esa tarea de poder ampliar la capacidad de llegada de los argentinos a su patria cuando están en el extranjero, y en la difusión de nuestro país, de forma adicional a los consulados y las embajadas. Los clubes están más que dispuestos. Por eso lo hicimos con Boca días atrás y hoy con River. In: Ibid., 23/10/2020.

enorme talento que posteriormente lhe valeu a alcunha de “*Pibe de Oro*” (menino de ouro, em português). Mas a história de Maradona na seleção argentina teve início em 1977, quando ele foi convocado pela primeira vez aos 16 anos de idade. O Mundial de 1978 foi realizado na Argentina, e como já vinha sendo convocado desde o ano anterior, havia a expectativa de que Maradona estaria na lista final de selecionados. No entanto, o então treinador da seleção, César Luis Menotti, preteriu-o^[22], o que lhe causou grande tristeza. Mais de dez anos depois, Maradona afirmou que sua exclusão da lista havia sido uma das maiores frustrações de sua vida^[23]. Quase 40 anos depois, Menotti reconheceu que a não convocação de Maradona havia sido um erro^[24], apesar de a Argentina ter sido campeã mundial pela primeira vez em casa em um Mundial polêmico, como será visto a seguir.

A realização de uma Copa do Mundo em casa era vista como uma grande oportunidade pela ditadura argentina, comandada pelo general Jorge Rafael Videla, pois tinha impactos na política doméstica e internacional. Internamente, o entusiasmo da população com o campeonato mundial poderia ajudar a melhorar o humor nacional e a suportar – embora temporariamente – as crises econômicas. Externamente, devido à exposição global do evento, o Mundial era tido como uma forma de melhorar a imagem internacional da Argentina, principalmente para o regime militar. Nesse sentido, o governo ditatorial contratou uma agência estadunidense de relações públicas para combater uma campanha que denunciava a perseguição a opositores políticos do regime, a existência de centros clandestinos de detenção e tortura e execuções extrajudiciais. Além disso, a ditadura também deu início a um grande plano de obras públicas com o intuito de vender uma imagem ao público de país pujante, pacífico e moderno. E a consagração da Argentina como campeã do mundo cumpriu o objetivo do regime militar de aumentar a autoestima nacional e atenuar sua própria imagem, apesar das suspeitas de participação da ditadura na manipulação do resultado da partida entre Argentina e Peru, vencida pelos anfitriões por 6x0, placar elástico que era necessário para os argentinos chegarem à final do Mundial^[25].

[22] El Gráfico. 1978. El día que Diego se quedó sin Mundial, 21/05/2018. Disponível em: <<https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1090/5163/1978-el-dia-que-diego-se-quedo-sin-mundial>>. Acesso em: 10/01/2021.

[23] Veja. Memória: em 1989, a indignação de Maradona nas Páginas Amarelas, 26/11/2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/placar/memoria-em-1989-a-indignacao-de-maradona-nas-paginas-amarelas/>>. Acesso em: 10/01/2021.

[24] Torraga, Tales. “Errei ao cortar Maradona da Copa de 78”, 04/12/2017. Disponível em: <<https://patadasygambetas.blogosfera.uol.com.br/2017/12/04/errei-ao-cortar-maradona-da-copa-de-1978-admite-menotti/>>. Acesso em: 10/01/2021.

[25] Gutiérrez, Fernando. Los argentinos y los mundiales: pasión, negocios, política y nacionalismo light. Diálogo Político: Sociedad, Política y Fútbol, Edición Especial, p.32-43, junio 2018. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/252038/253252/7_dokument_dok_pdf_52633_1.pdf/387542bfc9ea-7e12-4be2-91eb1b9f8a71?version=1.0&t=1539647389882>. Acesso em: 08/01/2021.

A Copa do Mundo de 1982, realizada na Espanha, foi a primeira de Maradona e ocorreu no contexto da Guerra das Malvinas entre Reino Unido e Argentina. Iniciada em abril de 1982 por uma operação da ditadura argentina para reivindicar a soberania das Ilhas Malvinas, a guerra durou apenas três meses, terminando em junho do mesmo ano com vitória dos ingleses – 649 soldados argentinos morreram, mais do que o dobro de britânicos, além de três civis.^[26] O conflito foi encerrado apenas dois dias depois que o Mundial^[27] havia começado e afetou a atuação da seleção argentina, que não jogou bem a competição.^[28]

A memória da guerra de 1982 estava viva na Copa do Mundo de 1986, realizada no México, em faixas nas arquibancadas que diziam “as Malvinas são argentinas” e nas brigas entre torcedores argentinos e ingleses.^[29] A ferida da guerra ainda estava aberta, e o jogo de quartas-de-final entre Argentina e Inglaterra tinha implicações extracampo.^[30] Não sem razão, existe um consenso entre os especialistas em futebol que o momento em que Maradona se tornou um ídolo nacional foi justamente nessa partida^[31], vencida pela Argentina por 2x1, sendo os dois gols marcados por Maradona. Ambos os gols se eternizaram. O primeiro foi o famoso gol de mão, que ele chamou de “*la Mano de Dios*”, e o segundo foi um gol antológico e considerado por muitos o mais belo da história das Copas, chamado de “gol do século”, marcado após Maradona driblar quase o time todo da Inglaterra até mandar a bola para as redes.

Segundo Galeano, os dois gols serviram para vingar “o orgulho pátrio ferido nas Malvinas”.^[32] Para Maradona, a vitória “foi uma sensação agradável, como uma espécie de vingança simbólica contra os ingleses”^[33] Sobre a partida, Maradona já havia declarado em uma

[26] Exame. Da Itália às Malvinas: quando os gols de Maradona reverberaram na política, 25/11/2020. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/da-italia-as-malvinas-quando-os-gols-de-maradona-reverberaram-na-politica/>>. Acesso em: 10/01/2021.

[27] Gutiérrez, op. cit., 2018.

[28] Torraga, op. cit., 04/12/2020.

[29] Folha de S. Paulo. Jogo contra Inglaterra fez de Maradona deus no futebol e herói de guerra, 26/11/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/11/jogo-contra-inglaterra-fez-de-maradona-deus-no-futebol-e-heroi-de-guerra.shtml>>. Acesso em: 10/01/2021.

[30] Bosoer, Fabián. Maradona, o gladiador argentino, 30/11/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/11/maradona-o-gladiador-argentino.shtml>>. Acesso em: 10/01/2021.

[31] Ventosa, Florencia. “El Diego” y la política exterior argentina, 26/11/2020. Disponível em: <https://www.clarin.com/opinion/diego-politica-exterior-argentina_0_a_VJiC_Wq.html>. Acesso em: 10/01/2021.

[32] Galeano, Eduardo. Futebol ao Sol e à Sombra. Porto Alegre: LP&M, 2018.

[33] “*Fue una sensación agradable, como una especie de venganza simbólica contra los ingleses*”. In: Mediotiempo. *Maradona jamás se disculpará por la “Mano de Dios”; ‘fué una venganza por Malvinas’*, 22/06/2020. Disponível em:

entrevista em 1998 que a memória da guerra sempre esteve presente entre os jogadores da seleção como forma de motivação para o duelo contra a Inglaterra^[34]:

Estou pensando no México, em 1986, e a primeira imagem que me passa pela cabeça é o gol contra os ingleses. Mas não é nada de novo, sempre foi assim. Porque era como vencer um país mais do que qualquer outra coisa, não um time de futebol. Embora disséssemos antes do jogo que o futebol não tinha nada a ver com a Guerra das Malvinas, sabíamos intimamente que muitas crianças argentinas haviam morrido, que haviam sido mortas como passarinhos... É verdade, foi declarado publicamente que as coisas não se misturavam, mas isso era uma mentira. Porque, inconscientemente, estávamos bem cientes disso. Portanto, foi mais do que ganhar uma partida, mais do que deixar os ingleses fora da Copa do Mundo. Culpamos os jogadores ingleses por tudo o que havia acontecido. Sim, eu sei que é uma loucura, mas foi assim que nos sentimos e foi mais forte do que nós. Estávamos defendendo nossa bandeira, as crianças, a verdade é essa. E meu gol... meu gol teve um significado que... os dois gols tiveram, é verdade. O primeiro foi como roubar a carteira de um inglês e o segundo acabou com tudo^[35].

Ao liderar a Argentina rumo à vitória contra a Inglaterra, Maradona cumpriu um papel de artífice da recuperação do orgulho nacional^[36]. Seu companheiro de equipe no Mundial de 1986, Jorge Valdano, comentou sobre a representatividade de Diego devido à vitória: “Sem bombardeiros, nós ganhamos. Ou melhor dizendo, ganhou Maradona [...] Poderia ter voltado à Argentina em um cavalo branco como San Martín, e o povo o aclamaria não como jogador, mas como uma referência política, militar, social”.^[37] O simbolismo do triunfo argentino ajudou a curar as feridas abertas pela guerra e a celebrar

<<https://www.mediotiempo.com/futbol/copa-mundial/diego-maradona-mano-dios-venganza-guerra-malvinas>>. Acesso em: 08/01/2021.

[34] Ibid., 22/06/2020.

[35] “*Pienso en México '86 y la primera imagen que se me cruza por la cabeza es el gol a los ingleses. Pero no es nada nuevo, desde siempre fue así. Porque era como ganarle más que nada a un país, no a un equipo de fútbol. Si bien nosotros decíamos, antes del partido, que el fútbol no tenía nada que ver con la guerra de las Malvinas, íntimamente sabíamos que habían muerto muchos pibes argentinos, que los habían matado como pajaritos... Es cierto, públicamente se declaraba que las cosas no se mezclaban, pero era mentira. Porque inconscientemente lo teníamos bien presente. Entonces era más que ganar un partido, más que dejar fuera de la Copa del Mundo a los ingleses. Nosotros hacíamos culpables a los jugadores ingleses de todo lo que había sucedido. Sí, yo sé que es una locura, pero así lo sentíamos y era más fuerte que nosotros. Nosotros estábamos defendiendo nuestra bandera, a los pibes, la verdad es ésa. Y el gol mío... el gol mío tuvo una trascendencia que... Los dos la tuvieron, es verdad. El primero fue como robarle la cartera a un inglés y el segundo tapó todo*”. In: *La Nación. Cuando Maradona reivindicó las Malvinas*, 21/06/1998. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/deportes/cuando-maradona-reivindico-las-malvinas-nid100760/>>. Acesso em: 08/01/2021.

[36] Bosoer, op. cit., 30/11/2020.

[37] Folha de S. Paulo, op. cit., 26/11/2020.

o novo regime democrático, reinstaurado após a derrocada do regime militar, em 1983, pouco depois do fim da guerra. E, como questiona Florencia Ventosa,

O que poderia ser mais democrático do que Maradona, de origem humilde, com uma ascensão meteórica, que se levanta com a Copa diante do mundo, como se todo o país, antes humilhado, tivesse se levantado com ele? Um embaixador que, ao invés de um sobrenome duplo de patricio, trazia o artigo de familiaridade afetuosa antes de seu nome: “*El Diego*”^[38].

Além de situar Maradona como uma das maiores figuras da Argentina, a consagração argentina na Copa de 1986 após a vitória na final disputada contra a Alemanha Ocidental teve impactos na política doméstica, tendo servido de impulso ao então presidente Raúl Alfonsín para implementar medidas em um cenário de crise econômica e tensão social. Dessa forma, em meio à euforia das comemorações do bicampeonato mundial, o governo de Alfonsín decretou um aumento de preços nas tarifas de serviços públicos, o que foi motivo de crítica da oposição^[39].

Considerações Finais

A liderança e desempenho de Maradona na Copa do Mundo de 1986 transformaram-no em um ídolo nacional que transcendeu os campos de futebol. A relação desse Mundial com a Guerra das Malvinas consiste em um objeto de estudo relevante que abre caminho para a evolução da área de esporte e Relações Internacionais. E a representatividade alcançada pela seleção argentina e principalmente por Maradona no mundo possibilita compreender o futebol e seus grandes ídolos como vetores fundamentais da disseminação da cultura argentina globalmente.

Nesse sentido, não é por acaso que aconteceram iniciativas recentes capitaneadas pelo Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto – ou que contem com o seu apoio – estabelecendo parcerias com grandes clubes nacionais e com outros atores não-estatais para difundir a imagem da Argentina no exterior. A história de sucesso de Maradona facilita a utilização do futebol – e de outros esportes – como tema de política externa que pode ser mobilizado por agentes diplomáticos e outros atores governamentais e não-governamentais. Ao promoverem a imagem da Argentina por meio da história da seleção em Copas do Mundo, das conquistas e do carisma de Maradona, esses agentes e atores podem ajudar o país a irradiar valores culturais, aumentando sua capacidade de atração internacionalmente e ampliando seu *soft power*.

[38] *¿Y qué más democrático que Maradona, de origen humilde, con una meteórica carrera ascendente, que se levanta con la Copa ante el mundo, como si todo el país antes humillado se hubiera levantado con él? Un embajador que en, lugar de doble apellido patricio, llevaba el artículo de cariñosa familiaridad antes de su nombre: “El Diego”.* In: Ventosa, op. cit., 26/11/2020.

[39] Gutiérrez, op. cit., 2018.

E não há nenhum fato esportivo tão significativo que reflita a identidade argentina quanto a partida de quartas-de-final contra a Inglaterra no Mundial de 1986. A recuperação do orgulho ferido pela guerra e a celebração do título em um país democrático foram um ponto de inflexão para a política e sociedade argentinas, combalidas após o conflito nas Malvinas e o regime militar. É por isso que a perda de Maradona foi tão sentida por tanta gente. Ainda que simbolicamente, ele ajudou a levantar um país dos escombros da guerra e colocá-lo no topo do mundo. Dessa forma, a estratégia de ganho de *soft power* pela Argentina envolve a operação de uma diplomacia cultural que considere Maradona um dos patrimônios culturais da Argentina. A utilização do seu prestígio global é um componente fundamental da difusão de uma imagem positiva do país no exterior.

Uma homenagem das pesquisadoras e dos pesquisadores do NEAAPE.

40



22/06/1986 - “La Mano de Dios”, gol de Maradona marcado contra a seleção inglesa, nas quartas-de-final da Copa do Mundo de 1986.

Artigo recebido para publicação em: 16 de janeiro de 2021.

O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.



NEAAPE

Núcleo de Estudos
Atores e Agendas de Política Externa